

RESUMO

O direito humano a participar no progresso científico está limitado pelo processo de patentes das invenções e pelo sigilo sobre as descobertas, mesmo em algumas pesquisas realizadas por instituições públicas. O autor crê que uma ciência absolutamente acessível é uma *robinsonada* romântica e acha que a democratização dos resultados científicos tem melhores perspectivas graças a concorrência entre as instituições e redes. As informações científicas não se encontram sempre prontas e baratas. Mesmo a vulgarização da Ciência leva, muitas vezes, a várias formas de "fetichismo".

Palavras-chave: Apropriação do Saber; Pesquisas Públicas e Privadas; Acesso às Informações Científicas; Patente de Invenções.

ETHICAL ASPECTS OF THE KNOWLEDGE APPROPRIATION

Human right to participate in the scientific progress is limited by patent-process of inventions and by confidence, even by public researches. The author means that an absolutely accessible science is a romantic "robinsonade" and thinks that democratisation of scientific results has better chances thanks to competition between institutions and webs. Scientific information is not always ready and cheap. Vulgarisation of science also leads to several form of "fetishism".

Key Words: Knowledge appropriation; public and private researches; access to scientific information; patent of inventions.

Embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos (de 1948) assegure, no Art. XXII, que:

"Todo homem tem direito a participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios".

e embora a Constituição da República Federativa do Brasil, no seu Artigo 5, também garanta que:

* Depto. de Filosofia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
E-mail: alvalls@portoweb.com.br

"é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional" (XIV);

esta mesma Constituição afirma que:

"aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar" (XXVII);

e a Constituição brasileira prossegue dizendo que:

"a lei assegurará aos autores de inventos industriais privilégio temporário para sua utilização, bem como proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, aos nomes de empresa e a outros signos distintivos, tendo em vista o interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do País" (XXIX);

Percebemos, assim, rapidamente que a lei leva em conta dois aspectos contraditórios: por um lado, todos têm direito ao acesso à cultura, à ciência, ao saber, ao conhecimento, às informações necessárias ao seu bem viver¹; por outro lado, o autor é proprietário de suas idéias e de seus inventos industriais. Todas as agências que de um ou outro modo ajudaram a financiar a descoberta têm razoáveis reivindicações sobre o resultado.

Uma vaga representação de que a Ciência ou o saber é um patrimônio público, como o definem os juristas, leva-nos a imaginar uma ciência já feita, pronta e gratuita. Disponível a qualquer um, democraticamente acessível, vulgarizada para os não-entendidos. Esquecemo-nos de que o saber é produto de um custoso (isto é, trabalho e caro) processo de produção do conhecimento, para o qual se somam geralmente esforços pessoais, estatais ou governamentais e de indústrias interessadas. No dizer de Pierre Calame: *"O conhecimento é um produto social"*². Ora, os que produzem têm direito a tirar proveito do que produziram, ao menos numa sociedade baseada na apropriação privada e no mercado.

*"A priori, o saber científico é (...) uma obra coletiva, jamais definitiva, que funciona tanto por acumulação quanto por esquecimento, tanto por erro quanto por verdade, por reducionismo e por inter-relação, por grandes descobertas e por pequenos progressos, permitindo tanto o trabalho coletivo quanto o percurso solitário. Assim entendido, o saber científico não é, evidentemente, suscetível de apropriação. (...) é a solução tradicionalmente consagrada pelo direito (...) o saber científico é declarado inapropriável, uma vez que não nos podemos apropriar do que já existe. Esta razão não é muito convincente, e por isso a doutrina e os tribunais acrescentaram a ela uma segunda razão: o conhecimento puro é patrimônio comum da humanidade e deve, como as idéias, circular livremente."*³

A autora destas idéias considera que neste primeiro sentido, os cientistas teriam de contentar-se mais com a notoriedade por suas descobertas do que com os direitos autorais, direitos de propriedade sobre os resultados da ciência. Mas há também um outro lado:

"Por outro lado, acontece, e isso se tornou muito freqüente na Biologia, que uma descoberta científica seja, ao mesmo tempo, uma invenção patenteável. E seu impacto econômico potencial pode traduzir-se em polêmicas política-jurídicas entre estados, como demonstrou a descoberta do vírus da AIDS".⁴

Assim temos os dois lados antes aludidos. Qual dos dois haveria de preponderar? Na prática, vence em geral o direito de propriedade, com o procedimento de patentear a descoberta, até mesmo aquela que ainda está a caminho:

"Ademais, a idéia do conhecimento científico como patrimônio comum da humanidade parece estar moribunda: atrasam-se as publicações ou as recheiam de dados errados para permitir a obtenção de patentes. A apropriação é cada vez mais precoce: se por muito tempo apenas as invenções efetivamente realizadas eram patenteadas, hoje se tende a patentear o princípio de uma invenção, a idéia-mãe de onde talvez decorram várias invenções - o que a doutrina americana chama de "patente profética".⁵

Mas, talvez isso fosse natural nas pesquisas empreendidas por particulares, com investimentos privados. E como seria nas pesquisas públicas? O efeito do dinheiro público aplicado não exige logicamente publicidade imediata para os resultados? Não é o que está acontecendo, segundo Hermitte:

"Finalmente, ao passo que a pesquisa pública teve durante muito tempo - por tradição "pública" - uma estratégia de total disponibilidade de seus resultados de pesquisa, hoje ela freqüentemente adota uma postura de obtenção de patentes".⁶

Temos assim que hoje em dia, cada vez mais, a própria ciência é vista como uma mercadoria, e a própria pesquisa é interrogada quanto à sua utilidade. Aliás, para sermos mais exatos, nas sociedades capitalistas, existe até uma tendência a empurrar para o setor público a pesquisa fundamental, mais cara e menos rendosa, e deixar que os laboratórios industriais se apropriem da pesquisa de ponta, mais fecunda e de resultados mais facilmente patenteáveis:

"Alguns pretendem que as descobertas científicas são a fonte essencial da tecnologia e do progresso econômico e social que dela decorre. (...) Daí resulta que a sociedade em geral, e os governos em particular, devem financiar a pesquisa

fundamental, fator insubstituível de progresso econômico e social. No outro extremo, (...) sua publicação é um 'bem gratuito' (...) Conseqüentemente, os governos deveriam financiar a pesquisa fundamental nas mesmas bases que a arte, o esporte ou as outras formas de atividade cultural".?

É verdade que a pesquisa básica, embora cara, não é suficiente. Resta ainda outra pesquisa que pode ser muito cara, mas é então altamente rentável. Está, pois, introduzida no debate a expressão chave: o patenteamento das invenções e descobertas que, atualmente, numa forte concorrência militar e industrial, repercute sobre o próprio trabalho das pesquisas e leva à transgressão inclusive de velhas tradições de pesquisadores, como dos procedimentos de publicação dos resultados.

"Em abril de 1984, numa espetacular entrevista coletiva, o americano Robert Gallo anuncia ter identificado o vírus (da AIDS), 'esquecendo-se' de que a equipe do francês Luc Montagnier, do Instituto Pasteur, o havia descoberto um ano antes. Os 'pasteurianos' ficam ainda mais irritados porque suspeitam que R. Gallo tenha utilizado uma linhagem do vírus que eles próprios lhe enviaram. Suspeitas que se tornarão mais precisas quando se perceber que o vírus de R. Gallo e o de L. Montagnier são tão parecidos como um par de gêmeos. O Instituto Pasteur processa o americano. (...) O que está em jogo é fundamentalmente, decidir se a comunidade científica deve ser, no futuro, submetida a uma instância de controle externo."

Aqui levantamos outro aspecto ético novo: o da honestidade na competição entre cientistas, dificultada quando os interesses econômicos são de tal ordem de grandeza. Mas longe das *robinsonadas* românticas da ciência sem dinheiro, ou do conhecimento totalmente isento de interesse, não podemos deixar de considerar os dois primeiros aspectos simultaneamente: é verdade, sim, que todos têm direito ao acesso aos conhecimentos que lhes são vitais, porém, a produção deste conhecimento se dá hoje dentro de uma situação de concorrência capitalista e de integração universidade-empresa que mal se poderia imaginar nos anos 60. Não há quem conteste a importância desta crescente integração da pesquisa tecnológica e da economia:

*"Em todos os países industriais, e desde o início da década de 80, as universidades têm, portanto, estreitado seus laços com a indústria: estamos longe das reticências, senão das oposições militantes que, tanto na França quanto em muitos outros países, denunciavam esse tipo de relações na década de 60! Desde então, as contribuições entre elas se multiplicaram, indo da participação das universidades na formação e na reciclagem dos trabalhadores da indústria, até a condução conjunta de projetos de pesquisa".*⁹

O problema crucial é o da concorrência entre as empresas e os estados nacionais, que leva ao sigilo comercial:

"Nas disciplinas consideradas particularmente fecundas deste ponto de vista, podemos, aliás, constatar uma tendência à retenção de informações que se traduz por uma diminuição do volume de publicações - o que, evidentemente, vai de encontro às idéias admitidas que fazem da livre difusão dos resultados de pesquisa um dos princípios de funcionamento da ciência mundial. Sem dúvida, essa evolução só caracteriza certas disciplinas particularmente 'apetitosas' para a indústria, especialmente as ligadas, por exemplo, às ciências da engenharia, da química ou da biologia".¹⁰

É evidente que uma tal integração universidade-empresa, especialmente no que toca às universidades públicas, pode trazer fatores de perturbação para os costumes acadêmicos tradicionais:

"A irrupção da estratégia de concorrência das empresas no mundo universitário comporta riscos para a integridade tradicional da ciência: crescente confidencialidade dos projetos de pesquisa e de seus resultados; influência das empresas sobre a escolha de temas de pesquisa e portanto de formação, em detrimento dos trabalhos a prazo mais longo; aparecimento de uma pesquisa 'mercantil', que se preocupa mais com a rentabilidade comercial do que com as finalidades do ensino superior; e prefere a obtenção de patentes à publicação dos resultados".¹¹

Não haveria então nenhuma vantagem, neste processo, aparentemente tão prejudicial para os bons costumes acadêmicos tradicionais? Georges Ferné acha que sim:

"Em contrapartida, essa integração da ciência e da economia é uma garantia de dinamismo industrial de uma melhor exploração da base de conhecimentos produzida por nossas sociedades. (...) Se a ciência é hoje uma mercadoria, é porque se tornou um bem intermediário de importância estratégica vital para o futuro econômico. Resta-lhe definir os limites desta 'mercantilização', para garantir a integridade das instituições universitárias que a abrigam".¹²

Aliás, para entendermos fenômenos totalmente novos, muitas vezes, convém buscar analogias com o que foi novidade muito tempo atrás. Então, se lembrarmos da importância das pesquisas da chamada "Escola de Sagres", ao redor do Infante Dom Henrique, o Navegador, para os grandes descobrimentos portugueses dos séculos XV e XVI, veremos que aquela utopia do acesso de todos à ciência de ponta nunca foi tão simples.¹³

Por outro lado, nem parece certo que a pura e simples vulgarização aumente diretamente a participação de todos no "progresso científico e em seus benefícios":

"A noção de 'patrimônio público' é uma noção jurídica que designa uma acessibilidade igual para todos os membros da sociedade. Para aplicar essa noção à ciência, cumpre distinguir entre a 'ciência feita' e a 'ciência sendo feita'. Esta distinção inspirou a Bruno Latour a metáfora de um deus Janus de duas faces (...) A 'ciência feita' não exprime nada além do que é, o fato bruto, sem outro disfarce além da razão. Não será ela um patrimônio público, transmissível e acessível? A acessibilidade universal do saber objetivo é, mal ou bem, garantida pela vulgarização científica que (...) oferece aos não-cientistas o saber dos cientistas".¹⁴

A vulgarização científica reforça a imagem de um cientista individualista, meio genial, inventor isolado e sem recursos. A vulgarização dos resultados da Ciência, muitas vezes, produz um verdadeiro "fetichismo" no sentido usado pelo marxismo. Ela não faz com que a sociedade em geral se aproprie dos conhecimentos, mas até reforça a estrutura "clero x leigos".

"Longe de preencher o abismo que separa os especialistas dos profanos, a vulgarização o faz crescer cada vez mais. (...) Em suma, não é através de sua vulgarização que a ciência pode ser identificada a um patrimônio público".¹⁵

"Ora, é realmente a vulgarização científica a grande responsável por essa distorção individualista das representações que temos da ciência e dos cientistas. Em outras palavras, é ela que, articulando seu discurso sobre a ciência feita e ocultando sistematicamente o processo de produção dos conhecimentos, opõe uma resistência a essa dimensão pública e impessoal da ciência".¹⁶

O que pode fazer com que a sociedade se aproprie mais diretamente da ciência é a sua apresentação como um processo de luta, de conquista, de descobrimentos custosos, sacrificados, através de muitos erros e de alguns acertos, de tal modo que todos possam compreender o que seja fazer ciência, realmente:

"A 'ciência sendo feita', ao contrário, remete a um sem-número de enunciados concorrentes que se defrontam numa espécie de debate crítico permanente. (...) tem uma evidente dimensão agonística. É aí que ela corresponde melhor a uma obra coletiva, que envolve a multiplicidade das forças sociais: pesquisadores, engenheiros, técnicos, secretários, administradores, contadores, políticos, jornalistas etc. Não será no âmbito de uma participação coletiva nesse imenso empreendimento de produção de conhecimentos que a ciência será capaz de afirmar mais claramente seu estatuto de patrimônio público?"¹⁷

É a ciência sendo feita que se pode realmente chamar de patrimônio público, ela é humana, porque sujeita a controvérsias, sendo seus resultados questionáveis e criticáveis, e não fetichizados.

"A democracia tem tanta necessidade dela quanto nós do ar que nos faz viver".¹⁸

Não estamos tratando aqui, propriamente, da questão (ética) dos limites da Ciência e da pesquisa. Autores como Pierre Calame se preocupam com isto, afirmando, por exemplo, com o historiador Gérard Holton:

"O processo da invenção científica não está em perigo; quem está em perigo é a humanidade".¹⁹

E também:

"À ética do conhecimento deve agora somar-se uma ética da sobrevivência e do desenvolvimento, que hierarquize as pesquisas a empreender em função dos objetivos maiores da humanidade e forneça um código de comportamento dos governos, e uma ética da tradição e do devir, que nos obrigue a nos interrogarmos sobre os riscos de que a pesquisa perturbe as sociedades. O processo científico ocidental e a filosofia que o fundamenta se baseiam no postulado de que nada é sagrado e, portanto, que tudo é manipulável".²⁰

Mas não é disto que aqui se trata. Não estamos refletindo na linha da Bioética da linhagem de Hans Jonas, da Bioética como "ciência da sobrevivência". Trata-se antes de saber até que ponto a ética pode garantir a cada um o acesso ao conhecimento científico, e em que condições. Não estamos aqui questionando o domínio do homem sobre a natureza, que se tornou tão grande que não lhe permite mais continuar agindo e pesquisando sem se perguntar de vez em quando para onde tais pesquisas nos estão levando. O problema que realmente nos interessa aqui é antes colocado em toda a sua crueza por Michel Callon:

"... alguns cientistas ficam indignados com o nascimento de redes privadas de pesquisa: contratos firmados entre universidades e grandes firmas, especialmente na área das ciências da vida, prevêm a não-divulgação dos resultados, que permanecem de propriedade da empresa que os financiou. (...) Essas polêmicas ajudam a questionar a própria idéia de uma ciência independente, acessível a todos e portadora da luz e do progresso. O caráter público da ciência é agora o resultado de um cálculo estratégico que ousa dizer seu nome: a informação é posta em circulação, pois se torna uma moeda de troca. Se acrescentarmos a isso a tomada de consciência da inutilidade prática da ciência fundamental que, para converter-se em progresso econômico, precisa de imensos investimentos em termos de capital e de formação, podemos avaliar a crise que abala a instituição científica".²¹

A idéia de redes múltiplas e flexíveis pretende fazer frente à estratégia da ciência por entrevista coletiva e, por outro lado, superar a antiga relação "público x privado".

Evitaria os monopólios, criando múltiplas redes, mas levaria em conta a realidade econômica do custo do processo científico. Levaria em conta o princípio fundamental da justiça que pede igualdade de possibilidades iniciais para todos e respeitaria a idéia aristotélica das desigualdades justificadas: se uns investem esforço, tempo e dinheiro numa pesquisa, é claro que os que não investem nada não têm os mesmos direitos de acesso sobre os resultados. Não imediatamente. Mas a médio e a longo prazo, a própria concorrência entre estas múltiplas redes acabaria proporcionando o acesso do público em geral às informações que são de interesse geral.²² É mesmo que estas informações viessem taxadas financeiramente: a concorrência acaba por baratear o acesso a estas informações. Inicialmente, os computadores eram caros e raros. Hoje, com toda a concorrência, todo o segredo, toda a espionagem e a pirataria e o combate à pirataria, o acesso da população a esta tecnologia e às suas descobertas é cada vez mais rápido e mais barato.

A questão que tratamos, mais do que de ética, se revela como uma questão de política, ou de moralidade pública. Aceitar a apropriação como um fato natural de nosso sistema econômico-social e procurar fomentar apenas, como um fator democrático essencial, um máximo de concorrência, não significa aderir a um neo-liberalismo na ciência, mas significa antes procurar melhorar as regras do jogo, de tal maneira que mais pessoas nesta sociedade possam, de fato, desfrutar dos benefícios do progresso tecnocientífico, um processo caro e que só se torna mais barato exatamente pela participação de todos nos seus resultados, isto é, pela democratização dos resultados. Mas significa também continuar afirmando que as tendências das pesquisas precisam manter-se a serviço dos homens, e a ciência, que tanto progrediu no Renascimento e no Esclarecimento, não pode renunciar às suas ambições progressistas e humanistas. Se a ciência estivesse hoje numa situação mais democrática, o que depende mais da organização do Estado, não precisaríamos concordar com esta análise triste que nos oferece Pierre Calame:

"Alguma coisa, em algum lugar, falhou. A ciência já não se parece com essa imensa ambição de progresso humano que era no século XVIII. As prioridades atuais refletem a imagem das sociedades que as definem, dos estados e das empresas que as financiam, do poder, da dominação e da competição. Que são essas prioridades? A pesquisa militar (um terço dos orçamentos mundiais de pesquisa, segundo alguns); o desenvolvimento de novos produtos e a criação, para tanto, de novas necessidades; o desenvolvimento da produtividade (mesmo e sobretudo onde há superprodução); a atenção prestada prioritariamente às doenças que contam com um mercado próspero, em detrimento das doenças que atingem centenas de milhões de pessoas dos países pobres; a possibilidade de substituir as matérias primas do sul pelas matérias sintéticas do norte. Mais do que contribuir para o desenvolvimento da humanidade, tende-se a constituir os países ricos em fortaleza solidamente defendida".²³

No grande Titanic em que vivemos, é vital fomentar um máximo de transparência.

NOTAS

- 1 No filme sobre o *Titanic*, a passageira rica Rose é uma das poucas pessoas que sabe que o número de botes salva-vida não é suficiente para toda a tripulação do navio. Os outros precisariam saber? Se soubessem, isso lhes daria condições de melhorarem suas perspectivas de vida?
- 2 Pierre Calame: *Defesa de uma redistribuição dos saberes*. In: Witkowski, Nicolas (coordenador): *CIÊNCIA E TECNOLOGIA HOJE*, São Paulo: Editora Ensaio, 1995. p. 176.
- 3 Marie-Angèle Hermitte: *Uma apropriação cada vez mais precoce do saber científico*. In: Witkowski, Nicolas (coordenador): *CIÊNCIA E TECNOLOGIA HOJE*, São Paulo: Editora Ensaio, 1995. p. 129.
- 4 Op. cit., p. 129.
- 5 Op. cit., p. 129.
- 6 Op. cit., p. 129.
- 7 Keith Pavitt: *Tem a pesquisa uma utilidade econômica?* Op. cit., p. 85.
- 8 Michel de Pracontal: *A ciência e suas mentiras*. In: Witkowski, op. cit., p. 411. Aqui, p. 413-14.
- 9 Georges Ferné: *A ciência é uma mercadoria*. In: Witkowski, op. cit., p. 365 s.
- 10 Op. cit., p. 365.
- 11 Op. cit., p. 365.
- 12 Op. cit., p. 365.
- 13 Na Escola de Sagres, no Algarve, sul de Portugal, no século XV, príncipes portugueses reúnem sábios e cientistas da terra e do mar, marinheiros experientes e inventores, juntando um tesouro de informações, que lhes proporcionarão em poucos anos o domínio das rotas marítimas, com todas as vantagens daí advindas.
- 14 Baudouin Jurdant: *Vulgarização científica: a ciência é patrimônio público?* In: Nicolas Witkowski [coordenador], *Ciência e Tecnologia Hoje*, São Paulo: Editora Ensaio, 1995. p. 92-94. Aqui, p. 92.
- 15 Op. cit., p. 93.
- 16 Op. cit., p. 94.
- 17 Op. cit., p. 93.
- 18 Op. cit., p. 94.
- 19 Pierre Calame: *Defesa de uma redistribuição dos saberes*. Op. cit., p. 177.
- 20 P. Calame, op. cit., p. 176.
- 21 Michel Callon: *A pesquisa em busca de novos rumos de organização*. Op. cit., p. 397.
- 22 Conforme Martine Barrère, em *A ciência na arena pública*. (In: Nicolas Witkowski, op. cit., p. 401-2), "no setor biomédico, por exemplo, em dez anos, passou-se de 20.000 a 400.000 artigos por ano." (p. 402).
- 23 Pierre Calame: *Defesa de uma redistribuição dos saberes*. Op. cit., p. 178.